

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Setembro/2022



## Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A ação pode nem sempre ser felicidade,  
mas não há felicidade sem ação.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

**Fim de semana na fazenda**

*São fazendas do fim do século XIX, não mais. Seus donos ainda estão lá: já não se balançam, é verdade, nas cadeiras austríacas da varanda nem ouvem a partida desse bando de maritacas que se muda para o morro do outro lado da várzea.*

*Ou talvez ouçam, quem sabe. Mas estão hirtos dentro de suas molduras, nas paredes da sala. Assim, rígidos, pintados a óleo, eles parecem reprovar nossos uísques e nossas conversas. Mas eis que o amigo Mário Cabral toca um samba no velho piano de cauda, e creio que eles gostam, talvez achem uma interessante novidade musical vinda da capital do Império. Depois Mário ataca uma velha música francesa – “Solidude” – e creio bem que vi, ou senti, a senhora viscondessa suspirar de leve.*

*Ah, senhora viscondessa! Que solidão irremediável não senti dentro de vossas grossas molduras douradas. Olhais para a frente, dura, firme. Lá fora as mangueiras e jabuticabeiras estão floridas, na pompa da manhã. Um beija-flor corta o retângulo da janela no seu voo elétrico e se imobiliza no ar, zunindo. Onde está o senhor visconde?*

*Ele está em outra parede, também duro, de uniforme e espada. Não olha a esposa. Os dois não se olham. Alguma intriga? Não. Apenas eles estão cansados de estar casados, cansados de estar mortos, cansados de estar pintados, cansados de estar emoldurados e pendurados – e tão cansados e enfadados que há mais de sessenta anos não chupam uma só jabuticaba, sequer uma.*

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **Os sabiás da crônica. Antologia.** Org. Augusto Massi. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 80)

1. Ao relatar seu fim de semana numa fazenda, o cronista alterna descrição da realidade e imaginação fantasiosa, tal como ocorre entre as expressões
  - (A) *cadeiras austríacas da varanda / outro lado da várzea.*
  - (B) *pintados a óleo / parecem reprovar nossos uísques.*
  - (C) *a senhora viscondessa suspirar de leve / creio que eles gostam.*
  - (D) *Que solidão irremediável não senti / cansados de estar casados.*
  - (E) *grossas molduras douradas / partida desse bando de maritacas.*

---

2. O cronista considera o expressivo contraste que há entre
  - (A) o livre voo das maritacas e o samba tocado pelo amigo Mário.
  - (B) o florescimento das árvores e o voo de um beija-flor.
  - (C) a rigidez dos retratados e a pintura a óleo emoldurada.
  - (D) a paralisia no passado e o desfrute de uma jabuticaba.
  - (E) o tédio dos casamentos e a incomunicabilidade entre os retratos.

---

3. Considerando-se o contexto, indica-se adequada tradução de sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *estão hirtos dentro de suas molduras* (2º parágrafo) = mostram-se perplexos e confinados.
  - (B) *vinda da capital do Império* (2º parágrafo) = proveniente de um gosto imperativo.
  - (C) *Que solidão irremediável não senti* (3º parágrafo) = Que irreparável isolamento experimentou.
  - (D) *corta o retângulo da janela* (3º parágrafo) = desfaz a geometria aberta.
  - (E) *Apenas eles estão cansados de estar casados* (4º parágrafo) = tão somente a eles fatigou o casamento.

---

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
  - (A) A paralisia das hirtas figuras retratadas nos quadros suscitou as mais fortes impressões no cronista Rubem Braga.
  - (B) É relevante o contraste que entre o samba e a música francesa se registraram nas teclas do velho piano de cauda.
  - (C) Por certo escapavam irremediavelmente aos olhos congelados da viscondessa tanta vibração de vida na fazenda.
  - (D) A expressão de cada uma das figuras emolduradas acabaram por ganhar contornos de vida na imaginação desse escritor.
  - (E) Lamentou o cronista que a nenhum dos retratados coubessem ainda o prazer de saborear uma simples jabuticaba.

---

5. O tratamento pronominal e a flexão do verbo são plenamente regulares na frase:
  - (A) Acaso Vossa Viscondessa não gostaríeis de saltar desse quadro que a prende já há tanto tempo?
  - (B) Permita-me, senhora viscondessa, confessar-vos que não lhe invejo a dureza senhorial dessa vossa expressão.
  - (C) Não querais me dizer, viscondessa, há quanto tempo estais vossa senhoria imobilizada nessa grossa moldura?
  - (D) Ao te olhar atentamente, viscondessa, muito me impressiona o cansaço que parece se abater sobre vossos olhos eternos.
  - (E) Fica assim como estás, senhora viscondessa, e perderás de vez o prazer que te traria uma única jabuticaba.



**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### O futuro encolheu

*Nós, modernos, acordando, voltamo-nos sobretudo para o futuro. Definimo-nos pela capacidade de mudança – não pelo que somos, mas pelo que poderíamos vir a ser: projetos e potencialidades. O tempo de nossa vida é o futuro. Em nossos despertares cotidianos, podemos ter uma experiência fugaz e minoritária do presente, mas é a voz do futuro que nos acorda e nos faz sair da cama.*

*A questão é: qual futuro? Ele pode ser de longo prazo: desde o apelo do dever de produzir um mundo mais justo até o medo das águas que subirão por causa do efeito estufa. Ou então ele pode ser imediato: as tarefas do dia que começa, as necessidades do fim do mês, a perspectiva de um encontro poucas horas mais tarde.*

*Do século 17 ao começo do século 20, o tempo dominante na experiência de nossa cultura parece ter sido um futuro grandioso – projetos coletivos a longo prazo. Hoje prevalece o futuro dos afazeres imediatos. Nada de utopia, somente a agenda do dia. Afinal, aqueles futuros de outrora, gloriosos, revelaram-se como barbáries do século.*

*Ainda assim, o futuro encolhido de hoje parece um pouco inquietante. É que o futuro não foi inventado só para espantar a morte. O futuro nos serve também para impor disciplina ao presente. Ele é nosso árbitro moral. Esperamos dele que avalie nossos atos. Em suma: a qualidade de nossos atos de hoje depende do futuro com o qual sonhamos. Nossa conduta tenta agradar ao tribunal que nos espera. Receio que futuros muito encolhidos comandem vidas francamente mesquinhas.*

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 88-89)

6. O título do texto – **O futuro encolheu** – justifica-se porque o autor considera que, na modernidade,
- (A) retomaram-se utopias antigas que não terão como alargar-se em nosso tempo de fortes restrições sociais.
  - (B) forjaram-se expectativas de progresso tão altas que mesmo a realização de algumas delas nos parecerá insuficiente.
  - (C) valorizaram-se os interesses imediatos, na convicção de que projetos majestosos não têm lugar na vida cotidiana.
  - (D) reduziram-se os anseios gerados em outras épocas, quando as utopias grandiosas não gozavam de alto prestígio.
  - (E) diluíram-se as experiências mais ricas e mais objetivas do cotidiano por conta da nostalgia persistente de antigos mitos.
- 
7. No 3º parágrafo, o autor faz ver um paradoxo do nosso tempo, quando constata que
- (A) nosso futuro se redefine na imediação da vida cotidiana.
  - (B) nossas utopias modernas foram barbáries do passado mais remoto.
  - (C) uma agenda fantasiosa nos desvia dos afazeres práticos.
  - (D) uma inquietação nova surge a cada velha utopia atualizada.
  - (E) uma vida mesquinha pode decorrer da expansão das expectativas.
- 
8. *Receio que futuros muito encolhidos comandem vidas francamente mesquinhas.*  
A frase acima ganha nova redação, sem prejuízo para sua correção e seu sentido, em: **Receio que**
- (A) o comando de vidas essencialmente mesquinhas venham a encolher os nossos futuros.
  - (B) nossos futuros passem a se encolherem comandados por vidas inteiramente mesquinhas.
  - (C) vidas mesquinhas possam vir a comandar futuros objetivamente encolhidos.
  - (D) vidas verdadeiramente mesquinhas sejam comandadas por bem encolhidos futuros.
  - (E) nossos futuros mais encolhidos possam comandar nossas vidas mais mesquinhas.
- 
9. É inteiramente regular a pontuação da frase:
- (A) O futuro nos parece hoje inquietante, desde que se constatou, que sofreu um notável encolhimento.
  - (B) Do futuro com que sonhamos, é que depende a qualidade mesma, dos nossos atos cotidianos.
  - (C) É como se houvesse no futuro, um tribunal, de cujo veredito, dependerá a qualificação dos nossos atos.
  - (D) Não apenas para disciplinar o presente, mas também, para espantar a morte, o sentimento do futuro se impõe.
  - (E) Operando como nosso árbitro moral, o futuro, sempre inquietante, avaliará os atos que estamos a praticar.
- 
10. É inteiramente regular o emprego do termo sublinhado na frase:
- (A) Os dias futuros, aos quais se reconhece o direcionamento das nossas vidas, são cada vez mais inquietantes.
  - (B) As tarefas do cotidiano, que seu valor antigamente era tido como mesquinho, fecham hoje o sentido do nosso futuro.
  - (C) O efeito estufa é um fenômeno à que se associa a catástrofe da subida das águas e da submersão de cidades.
  - (D) Há, segundo o autor do texto, a necessidade de discernir o futuro sob o qual comando orientaremos nossa vida.
  - (E) Eram coletivos os projetos de que os antigos se valiam para alimentarem as mais gloriosas utopias.

**Matemática e Raciocínio-Lógico**

11. Um número positivo  $N$  é subtraído do seu dobro. Em seguida, o mesmo número  $N$  é subtraído de seu triplo. O produto das duas diferenças é 32. O número  $N$  é:
- (A) 2  
(B) 5  
(C) 4  
(D) 6  
(E) 3

12. Considere os 10 valores listados a seguir:

19; 20; 20; 21; 21; 24; 25; 31; 34; 35

Podemos afirmar corretamente que

- (A) os valores modais estão abaixo da mediana.  
(B) a mediana é menor que 20.  
(C) o valor da amplitude é maior que o valor da mediana.  
(D) o valor da amplitude e da mediana coincidem.  
(E) a média supera 26.
13. Alberto, Bruno e Carlos são motoristas de caminhões e realizam juntos, em média, 14 viagens por mês. Bruno faz o dobro do número de viagens que Alberto faz e metade do número de viagens que Carlos faz. O número de viagens que Alberto realiza por mês é igual a
- (A) 8  
(B) 6  
(C) 7  
(D) 4  
(E) 14

14. Uma sequência numérica é uma lista ordenada de números. Em algumas sequências, a obtenção dos termos segue alguma regra bem definida. Considere as duas sequências descritas a seguir:

- Sequência 1: o primeiro termo é igual a 10 e qualquer outro termo, a partir do segundo, é igual ao anterior acrescido de duas unidades.
- Sequência 2: o primeiro termo é igual a 1, o segundo termo é igual a 3 e qualquer outro termo, a partir do terceiro, é igual à soma dos dois termos anteriores.

O menor número que aparece nas duas sequências é:

- (A) 14  
(B) 12  
(C) 20  
(D) 18  
(E) 16
15. Uma fábrica de ovos de Páscoa vende seus ovos para dois distribuidores e também os vende diretamente. Ao Distribuidor 1 oferece 40% de desconto no preço normal, ao Distribuidor 2 oferece 30% de desconto no preço normal e, nas vendas diretas, cobra o preço integral (sem desconto). A tabela a seguir mostra o número de unidades vendidas no ano passado.

Distribuidor 1	Distribuidor 2	Venda Direta
10 000 unidades	12 000 unidades	5 000 unidades

Se a receita total da fábrica no ano passado foi de R\$ 1.746.000,00, então o preço normal de um ovo de Páscoa dessa fábrica é:

- (A) R\$ 90,00  
(B) R\$ 95,00  
(C) R\$ 92,00  
(D) R\$ 100,00  
(E) R\$ 85,00

**Legislação**

16. Conforme dispõe expressamente a Lei nº 8.112/1990, compõem os requisitos básicos para a investidura em cargo público, dentre outros,
- (A) a nacionalidade brasileira e a idade mínima de 21 anos.
  - (B) o gozo dos direitos políticos e a quitação com as obrigações militares.
  - (C) o nível de escolaridade exigido e a quitação com as obrigações eleitorais das últimas três eleições, no mínimo.
  - (D) a posse de cargo público.
  - (E) a entrada em exercício de cargo público.
- 
17. A Lei nº 8.112/1990 prevê que a posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado. Essas atribuições, deveres e responsabilidades
- (A) não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
  - (B) poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes, a bem do serviço público.
  - (C) não poderão ser alterados unilateralmente, ressalvados os atos de ofício afetos à segurança nacional.
  - (D) poderão ser alterados unilateralmente apenas pela Administração, a bem do serviço público.
  - (E) não poderão ser alterados unilateralmente, ressalvados atos relacionados à organização do Tribunal Regional do Trabalho.
- 
18. Considere as seguintes entidades:
- I. controladas diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - II. controladas indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - III. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento.
  - IV. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante subvenções sociais.
  - V. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante contrato de gestão.
- A Lei nº 12.527/2011 regula o acesso à informação. Estão sujeitas a disposições desta lei, no que couber, ainda que relativamente à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas, as entidades constantes em
- (A) I, III, IV e V, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I, II, III, IV e V.
  - (D) III, IV e V, apenas.
  - (E) I, apenas.
- 
19. A Consolidação Normativa de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, naquilo que concerne à distribuição dos feitos, estabelece que
- (A) a distribuição e a compensação deverão ser feitas de acordo com a classe das ações, inclusive quanto aos Embargos de Terceiro.
  - (B) os Embargos de Terceiro, depois de serem levados conclusos ao juiz, deverão ser distribuídos e autuados pelo setor competente.
  - (C) a declaração de impedimento ou de suspeição de magistrado ou servidor pode ser feita em caráter genérico.
  - (D) a Carta Precatória que retornar à Vara Deprecada deverá ser objeto de nova distribuição.
  - (E) a Seção de Protocolo incluirá em pauta de audiência inicial as ações de cobrança de contribuição sindical.
- 
20. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região dispõe que:
- (A) O Vice-Presidente exercerá, cumulativamente, a função de Corregedor Regional.
  - (B) O Desembargador do Trabalho que declinar do direito de concorrer a um dos cargos de direção perderá sua posição no quadro de antiguidade.
  - (C) O Desembargador do Trabalho que for eleito Presidente, à exceção dos mandados de segurança, não será incluído nas distribuições subsequentes à data da eleição.
  - (D) O Desembargador do Trabalho que for eleito Presidente não continuará como Relator nos processos que tenha apostado visto até sua posse.
  - (E) Em caso de vacância do cargo de Presidente, este será assumido pelo Corregedor Regional.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Supondo-se que José seja Presidente do Supremo Tribunal Federal, Abel seja o Vice-Presidente dessa Corte Suprema e que Luigi seja Ministro do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar, com relação à composição do Conselho Nacional de Justiça, de acordo com a Constituição Federal, que José será o seu Presidente,
- (A) cabendo a Abel presidi-lo nas suas ausências e impedimentos, e Luigi, se regularmente indicado e nomeado como membro, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, exercerá a função de Ministro-Corregedor.
  - (B) mas, para que isso seja possível, sua escolha como membro deve ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo que Abel não poderá compô-lo e Luigi, se regularmente indicado e nomeado como membro, exercerá a função de Ministro-Corregedor.
  - (C) cabendo a Abel substituí-lo nas suas ausências e impedimentos, e Luigi somente poderá compô-lo se for o Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
  - (D) não podendo Abel presidi-lo nas suas ausências e impedimentos, cabendo a Luigi essa função, que a acumulará com a de Ministro-Corregedor.
  - (E) cabendo a Abel presidi-lo nas suas ausências e impedimentos, e Luigi, se regularmente indicado e nomeado como membro, exercerá a função de Ministro-Corregedor apenas se for eleito pelos demais membros do Conselho para essa função.
- 
22. De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República
- (A) possui a competência privativa de celebrar tratados internacionais, sujeitos sempre a referendo do Senado Federal.
  - (B) não poderá delegar as atribuições de sua competência privativa, salvo ao Presidente do Senado Federal quando for para prover e extinguir cargos públicos federais.
  - (C) possui a competência privativa de dispor, mediante decreto, sobre a organização da administração federal quando implicar criação ou extinção de órgãos públicos.
  - (D) poderá delegar algumas atribuições de sua competência privativa aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
  - (E) possui, dentre suas competências privativas, a de decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional e a de nomear, após aprovação do Congresso Nacional, o presidente do banco central.
- 
23. De acordo com a Constituição Federal, com relação aos Ministérios Públicos dos Estados, é correto afirmar que
- (A) os Procuradores-Gerais serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de um ano, permitida uma recondução.
  - (B) os Procuradores-Gerais poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
  - (C) seus membros possuem a garantia da vitaliciedade, após dois anos de exercício, podendo perder o cargo por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal ou por sentença judicial transitada em julgado.
  - (D) seus membros estão proibidos de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários ou percentagens, podendo, entretanto, receber custas processuais.
  - (E) seus membros poderão exercer outras funções públicas, além de duas de magistério, se estiverem em disponibilidade.
- 
24. De acordo com a Constituição Federal, a apresentação à Câmara dos Deputados de um projeto de lei federal de iniciativa popular que tenha a finalidade de criar emprego público na administração direta
- (A) é possível, desde que o projeto de lei seja subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado nacional.
  - (B) é possível, desde que o projeto de lei seja subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
  - (C) não é possível, pois para a criação de cargos, funções ou empregos públicos é necessária a emenda da Constituição, que ocorrerá somente mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou, ainda, do Presidente da República.
  - (D) é possível, desde que o projeto de lei seja subscrito por, no mínimo, um por cento da população nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento da população de cada um deles.
  - (E) não é possível, tendo em vista que as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos são de competência privativa do Presidente da República.



25. Com relação aos servidores públicos, considere:

- I. São estáveis, automaticamente, após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, podendo ser esse prazo reduzido para dois anos se realizada a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- II. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.
- III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

---

### Direito Tributário

26. Caso houvesse sido publicada, em 17 de novembro de 2020, uma lei federal aumentando a alíquota do Imposto de Renda, relativamente a diversos tipos de rendimento tributados, o respectivo crédito tributário, majorado em razão dessa lei, só poderia ser cobrado a partir de

- (A) 18 de novembro de 2020.
- (B) 1º de janeiro de 2021.
- (C) 15 de fevereiro de 2021.
- (D) 16 de fevereiro de 2021.
- (E) 18 de novembro de 2021.

---

27. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias

- (A) são instituídas exclusivamente pela União e incidem sobre as receitas decorrentes de exportação.
- (B) são instituídas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, relativamente às atividades industriais, comerciais e de serviços.
- (C) não incidem sobre as receitas decorrentes de exportação, mas incidem sobre a importação de produtos estrangeiros.
- (D) são instituídas exclusivamente pela União e pelo Distrito Federal e não podem incidir sobre a importação de serviços.
- (E) são instituídas, preferencialmente, pela União e, subsidiariamente, pelos Estados, e têm suas alíquotas máximas fixadas em Resolução do Senado Federal.

---

28. Jorge foi contratado como empregado da empresa "Nutrição & Sabor – Restaurante e Mercearia Ltda.", para trabalhar como garçom. No mês de maio de 2022, a remuneração total paga a ele foi composta das seguintes rubricas:

- I. R\$ 2.300,00, referente à parte fixa dessa remuneração.
- II. R\$ 300,00, a título de gorjetas.
- III. R\$ 200,00, em produtos de vestuário de sua escolha para ele e sua família, que podem ser por ele retirados, mensalmente, em loja conveniada com a empresa.
- IV. R\$ 100,00, referentes a adiantamento decorrente de reajuste salarial pelo tempo que Jorge ficou à disposição da empresa empregadora, nos termos do contrato que assinou.

De acordo com a Lei Federal nº 8.212/1991, o salário-de-contribuição desse empregado é de

- (A) R\$ 2.300,00
- (B) R\$ 2.600,00
- (C) R\$ 2.500,00
- (D) R\$ 2.400,00
- (E) R\$ 2.900,00



29. Irineu, empregado da "JJ & MM Ltda.", empresa da iniciativa privada, recebia, no início do exercício de 2021, salário total mensal de R\$ 5.000,00. A partir de maio de 2021, todavia, quando completou 60 anos, a referida empresa, para homenageá-lo, passou a pagar o aluguel do imóvel em que residia com sua família, bem como passou a ceder-lhe, gratuitamente, para uso pessoal e familiar, veículo de passeio de propriedade da empresa.
- De acordo com o Decreto federal nº 9.580/2018,
- (A) ao completar 60 anos, ficou isenta do Imposto de Renda a parcela dos rendimentos de Irineu, correspondente ao valor mensal de R\$ 1.903,98, relativamente a todos os meses do exercício de 2021, vedado o aproveitamento concomitante da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto.
  - (B) incidiu Imposto de Renda sobre o valor de R\$ 1.000,00, referente ao aluguel que a empresa pagou para Irineu, mas não sobre o valor locativo do veículo que lhe foi cedido.
  - (C) ao completar 60 anos, ficou isenta do Imposto de Renda a parcela dos rendimentos de Irineu, correspondente ao valor mensal de R\$ 1.903,98, relativamente ao mês de maio de 2021 e aos meses subsequentes a esse, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto.
  - (D) incidiu Imposto de Renda sobre o valor de R\$ 1.000,00, referente ao aluguel que a empresa pagou para Irineu, bem como sobre o valor locativo do veículo que lhe foi cedido.
  - (E) ao complementar 60 anos, ficou isenta do Imposto de Renda a parcela dos rendimentos de Irineu, correspondente ao valor mensal de R\$ 1.903,98, relativamente ao mês de maio de 2021 e aos meses subsequentes a esse, vedado o aproveitamento concomitante da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto.
30. A Constituição Federal de 1988 outorgou à União a competência para instituir vários impostos. Relativamente a essa competência, é correto afirmar que
- (A) o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos pode ser efetuado pela União, pois isso não caracteriza delegação da competência que lhe foi constitucionalmente atribuída.
  - (B) os Estados passaram a ter competência para tributar as grandes fortunas, em razão de a União não ter exercido sua competência para instituir referido imposto.
  - (C) a União tem competência legislativa plena em relação a esses impostos, excetuados os casos em que a receita deles seja distribuída entre outras pessoas jurídicas de direito público, hipótese em que a competência será concorrente, em âmbito restrito.
  - (D) os Estados e os Municípios poderão exercer essa competência plena, de maneira subsidiária, no caso de a União não a exercer.
  - (E) a atribuição da função de fiscalizar os impostos federais, que decorre da competência que a Constituição Federal atribuiu à União para instituí-los, é indelegável.

### Direito Administrativo

31. No processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999), a lei estabelece que:
- (A) inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo máximo de 48 horas, salvo motivo de força maior.
  - (B) é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
  - (C) os atos do processo administrativo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
  - (D) pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
  - (E) o indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
32. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990,
- (A) o servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.
  - (B) o direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade permanece, ainda que haja a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.
  - (C) somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 4 horas por jornada.
  - (D) a gratificação por encargo de curso ou concurso se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para todos os efeitos e deverá ser utilizada como base de cálculo para todas as outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e pensões.
  - (E) o servidor fará jus a trinta dias de férias, que poderão ser parceladas em até quatro etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.





33. De acordo com o que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992),
- (A) os atos de improbidade que atentem contra os princípios da administração pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e, ainda, dependem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
  - (B) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada, inclusive, pelo descumprimento de normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
  - (C) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar danos ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo integralmente, independentemente do limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
  - (D) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, ainda que não demonstrada sua efetiva participação ou, ainda, o efetivo recebimento de benefícios diretos.
  - (E) na responsabilização da pessoa jurídica por improbidade administrativa, deverão ser considerados apenas os efeitos econômicos das sanções, de modo a inviabilizar a manutenção de suas atividades.
- 
34. Rodrigo, servidor público ocupante de cargo de confiança, nomeado livremente pelo seu superior hierárquico, foi dispensado do cargo que ocupava, sob a alegação de que constantemente chegava atrasado e que faltava com frequência, sem apresentar qualquer justificativa. Rodrigo, contudo, após obter, junto ao departamento pessoal, os controles de frequência em que comprovava que ele nunca havia faltado ou chegado atrasado ao trabalho, pretende invalidar o ato de sua exoneração. Diante da situação hipotética acima descrita,
- (A) a exoneração de Rodrigo foi válida, pois ocorrida dentro da esfera de discricionariedade e do poder de tutela exercido por seu superior hierárquico.
  - (B) não há nada que Rodrigo possa fazer, haja vista que, por ser ocupante de cargo de confiança, sua exoneração pode se dar *ad nutum*, ou seja, pela simples vontade de seu superior hierárquico.
  - (C) tendo em vista a consumação do ato de exoneração, Rodrigo não mais poderá se insurgir contra os motivos apresentados pelo seu superior hierárquico.
  - (D) o ato de exoneração de Rodrigo é inválido, tendo em vista que qualquer processo de exoneração, ainda que para os cargos de confiança, deverá ser precedido de um processo administrativo.
  - (E) Rodrigo poderá se valer da teoria dos motivos determinantes para invalidar o ato de sua exoneração.
- 
35. De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que disciplina o acesso à informação,
- (A) por questões de segurança institucional, não é possível a interposição de qualquer recurso quando não for autorizado o acesso à informação por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.
  - (B) o acesso à informação de que trata a Lei compreende, entre outros, o direito de obter informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, ainda que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
  - (C) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e, ainda, cumprir as exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
  - (D) informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
  - (E) negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Advocacia-Geral da União, que deliberará no prazo de 10 dias.
- 
36. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021),
- (A) o edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos ou egressos do sistema prisional.
  - (B) a Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 30 dias úteis, audiência pública exclusivamente presencial, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.
  - (C) se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo por meio de concurso público e adotar o critério de julgamento de maior capacidade técnica, utilizados como parâmetro os critérios definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.
  - (D) na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os regimes de empreitada integral, por preço unitário ou global, sendo vedados os regimes de contratação por tarefa e contratação semi-integrada.
  - (E) em razão do princípio da eficiência e da continuidade do serviço público, dispensa-se, para a execução de cada etapa, a conclusão e a aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, postergando-se tais avaliações para o final da obra integralmente apresentada.

**Direito do Trabalho**

37. Crisântemo e a sua empregadora, o restaurante Peixe na Telha, pretendem, reciprocamente, por acordo, colocar fim ao contrato de trabalho que não chegou a completar 1 ano. Nessa situação, levando-se em consideração que o saldo na conta vinculada do FGTS do empregado conta com R\$ 2.000,00 e que seu último salário é de R\$ 1.800,00, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Crisântemo receberá
- (A) R\$ 900,00 de aviso prévio, R\$ 400,00 de multa do FGTS, podendo sacar até R\$ 1.600,00 do FGTS depositado.
  - (B) R\$ 900,00 de aviso prévio, R\$ 400,00 de multa do FGTS, podendo sacar até R\$ 1.000,00 do FGTS depositado.
  - (C) R\$ 1.440,00 de aviso prévio, R\$ 640,00 de multa do FGTS, podendo sacar até R\$ 1.600,00 do FGTS depositado.
  - (D) R\$ 1.800,00 de aviso prévio, R\$ 600,00 de multa do FGTS, podendo sacar até R\$ 1.000,00 do FGTS depositado.
  - (E) R\$ 1.440,00 de aviso prévio, R\$ 640,00 de multa do FGTS, podendo sacar até R\$ 1.000,00 do FGTS depositado.

38. Considere as assertivas abaixo a respeito do teletrabalho.

- I. É incompatível o regime de trabalho remoto ou teletrabalho com o controle de jornada, não sendo possível também os trabalhadores nesse regime prestarem serviços por produção.
- II. Para a alteração do regime de trabalho presencial para o trabalho remoto é imprescindível a concordância, ainda que tácita, do empregado.
- III. O ressarcimento ao empregado em regime de teletrabalho de despesas extraordinárias para a execução dos serviços sempre deverá ser objeto de acordo escrito com o empregador.
- IV. Por ser parte do poder diretivo do empregador, este poderá retornar o mesmo do regime de teletrabalho para o regime presencial, registrando a alteração em aditivo contratual, informando o empregado com pelo menos 15 dias de antecedência.

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

39. Margarida é empregada da metalúrgica Ferro e Fogo Ltda., e partir do próximo mês começará a prestar serviços no setor de usinagem, próxima ao local onde funciona o gerador de energia, alimentado a óleo diesel. De acordo com laudo técnico contratado pela empresa, o setor apresenta risco de explosão e os empregados do setor devem receber adicional de periculosidade. Sabendo que a remuneração de Margarida é composta pelo salário de R\$ 2.000,00, acrescido de gratificação de desempenho de R\$ 500,00, e prêmio produção de R\$ 300,00, e o salário mínimo regional é de R\$ 1.250,00, seu adicional de periculosidade deverá ser de

- (A) R\$ 375,00
- (B) R\$ 600,00
- (C) R\$ 840,00
- (D) R\$ 500,00
- (E) R\$ 750,00

40. Rosa é empregada da Lanchonete Pão e Tal e teve o falecimento do seu avô materno ocorrido numa terça-feira; Camélia é dirigente sindical e participará de uma reunião da OIT que ocorrerá na última semana de julho, de segunda a sexta-feira; Begônia tem um filho de 5 anos e agendou consultas médicas em especialista para a próxima semana na segunda, quarta e sexta-feira. Considerando o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) Rosa e Begônia poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo do seu salário, a primeira por até 3 dias e a segunda pelos dias de consulta.
- (B) Camélia e Rosa poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo do seu salário, a primeira pelos 5 dias de evento e a segunda apenas no dia seguinte ao do falecimento.
- (C) apenas Begônia poderá se ausentar pelos dias de consulta sem prejuízo do salário, sendo que Rosa e Camélia em caso de ausência terão os dias descontados do salário.
- (D) as três poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo do salário, sendo Rosa por até 2 dias, Camélia pelos 5 dias do evento e Begônia por apenas 1 dia de consulta médica.
- (E) nenhuma das três empregadas poderá faltar sem prejuízo do salário, por não se enquadrarem nas hipóteses legais de interrupção do contrato de trabalho.



41. Considere as assertivas abaixo a respeito do contrato de trabalho intermitente.
- I. O contrato de trabalho intermitente, por ser uma modalidade extraordinária e informal, pode ser celebrado de forma tácita, desde que haja algum meio eficaz de manifestação de vontade do empregado.
  - II. Apenas a categoria dos aeronautas é excluída da possibilidade de celebração de contrato de trabalho intermitente, por contar com legislação própria que regulamenta a profissão.
  - III. O silêncio do empregado após a oferta de trabalho feita pelo empregador é considerada recusa após 1 dia útil, sendo hipótese de descaracterização da subordinação jurídica.
  - IV. O prazo de antecedência que o empregador deve obedecer para a convocação do empregado ao trabalho é de 5 dias corridos.
  - V. Em caso de aceite da oferta para comparecer ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra, no prazo de 30 dias, multa de 50% da remuneração devida.

Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
  - (B) II e V.
  - (C) III e IV.
  - (D) I, II e IV.
  - (E) III e V.
42. Lírio é pescador profissional registrado em CTPS pela empresa Peixe Bom Pescados em Geral Ltda., prestando serviços de segunda a sexta-feira, das 8h00min às 17h00min, com intervalo de 1 hora para refeição, e aos sábados das 8h00min às 12h00min. Lírio utiliza barco fornecido pelo seu empregador para chegar ao local de trabalho e para o retorno, por se tratar de local de difícil acesso, não arcando com nenhum custo pelo transporte. Sabendo-se que, no trajeto até o local de trabalho e no seu retorno, o empregado fica 3 horas no transporte (1 hora e meia na ida e 1 hora e meia na volta), segundo o que prevê a legislação trabalhista, Lírio
- (A) é credor de duas horas extras diárias pela jornada *in itinere*, sendo este o limite máximo admitido para essa remuneração, quando se trata de condução fornecida pelo empregador.
  - (B) faz jus a uma hora e trinta minutos extras diários pela jornada *in itinere*, que corresponde a 50% do total despendido com o deslocamento, quando se trata de condução fornecida pelo empregador.
  - (C) deve receber pelas três horas extras diárias pela jornada *in itinere*, mesmo quando se trata de condução fornecida pelo empregador, pelo fato de ser local de difícil acesso.
  - (D) é credor de uma hora extra diária pela jornada *in itinere*, sendo este o limite máximo admitido para essa remuneração, quando se trata de condução fornecida pelo empregador.
  - (E) não deve receber nenhuma remuneração pela jornada *in itinere* por não se configurar tempo à disposição do empregador o tempo gasto no deslocamento, ainda que em condução fornecida pelo empregador.

#### Direito Processual do Trabalho

43. De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, acerca da prescrição intercorrente, é correto afirmar:
- (A) É de 2 anos o prazo para que possa ser declarada pelo Juízo, apenas mediante provocação da parte executada, a prescrição intercorrente no Processo do Trabalho, iniciando a fluência quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
  - (B) É de 5 anos o prazo para que possa ser declarada pelo Juízo, apenas mediante provocação da parte executada, a prescrição intercorrente no Processo do Trabalho, iniciando a fluência a partir do trânsito em julgado da sentença na fase de conhecimento.
  - (C) É de 2 anos o prazo para que possa ser declarada pelo Juízo, de ofício ou após provocação do executado, a prescrição intercorrente no Processo do Trabalho, iniciando a fluência quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
  - (D) É de 2 anos o prazo para que possa ser declarada pelo Juízo, apenas mediante provocação da parte executada, a prescrição intercorrente no Processo do Trabalho, iniciando a fluência a partir do trânsito em julgado da sentença na fase de conhecimento.
  - (E) É de 5 anos o prazo para que possa ser declarada pelo Juízo, de ofício ou após provocação da parte executada, a prescrição intercorrente no Processo do Trabalho, iniciando a fluência quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
44. Arquimedes, motorista particular, propôs reclamação trabalhista em 2021 em face da sua ex-empregadora, pleiteando horas extras, verbas rescisórias e diferenças de depósitos de FGTS. Julgado o processo, o Juiz condenou a reclamada em verbas rescisórias e diferenças de depósitos de FGTS, liquidando a condenação nestes títulos em R\$ 6.000,00. Sabendo-se que Arquimedes optou por contratar advogado particular, com base na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) não são devidos honorários de sucumbência na hipótese, eis que a mesma é restrita no Processo do Trabalho nos casos de o autor estar assistido pelo sindicato da categoria.
  - (B) é possível a condenação da ré em honorários sucumbenciais até o máximo de R\$ 1.800,00, desde que não haja contrato de honorários entre o autor e seu advogado.
  - (C) é cabível a condenação da ré em honorários sucumbenciais até o máximo de R\$ 600,00, desde que não haja contrato de honorários entre o autor e seu advogado.
  - (D) poderá a reclamada ser condenada em honorários sucumbenciais até o máximo de R\$ 1.200,00, independente dos honorários contratuais pactuados.
  - (E) é possível a condenação da ré em honorários sucumbenciais até o máximo de R\$ 900,00, ainda que haja contrato particular de honorários entre o autor e seu advogado.



45. Platão e Sol Nascente Ltda. estão litigando na Justiça do Trabalho e resolvem celebrar acordo para por fim ao processo e extinguir a relação jurídica havida entre eles, protocolando petição assinada pelas partes e seus advogados. Entendendo lesivo ao reclamante o acordo entabulado, o juiz profere decisão não homologando o acordo e determinando o prosseguimento do feito, com designação de audiência de instrução. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, nessa hipótese as partes poderão
- (A) interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias da ciência da decisão que não homologou o acordo.
  - (B) interpor agravo de instrumento no prazo de 10 dias, por se tratar de decisão interlocutória.
  - (C) ingressar com mandado de segurança, por violação de direito líquido e certo, na medida em que a não homologação do acordo fere o princípio da autonomia da vontade.
  - (D) apresentar recurso ordinário no prazo de 8 dias após a prolação da sentença de mérito, oportunidade na qual devolverá ao tribunal a rediscussão sobre a decisão que não homologou o acordo.
  - (E) interpor agravo de instrumento no prazo de 8 dias, por se tratar de decisão interlocutória.
- 
46. Citada em uma reclamação trabalhista, a empresa de vigilância Olho Vivo Vigilância e Segurança Ltda. verifica que o autor não ajuizou a demanda perante o juízo competente, na medida que aforou a reclamatória no local onde a empresa tem sua sede, e não no último local de prestação de serviços. Nessa situação, a empresa deverá
- (A) arguir exceção de incompetência territorial no prazo de 5 dias após o recebimento da citação, ou levantar a questão como preliminar de defesa.
  - (B) arguir exceção de incompetência territorial no prazo de 5 dias após o recebimento da citação, sob pena de preclusão e prorrogação da competência.
  - (C) apresentar simples petição ao Juiz da causa informando o equívoco do autor no prazo de 10 dias após o recebimento da citação.
  - (D) aguardar a audiência designada e juntamente com a defesa, em peça apartada, opor a exceção de incompetência territorial, que será decidida em audiência pelo Juiz da causa.
  - (E) arguir exceção de incompetência territorial em até 5 dias antes da audiência designada, sob pena de preclusão e prorrogação da competência.
- 
47. O reclamante em determinada reclamação trabalhista arrolou como testemunha um ex-colega de trabalho que é mudo. Nessa hipótese, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o juiz deverá nomear intérprete
- (A) desde que a testemunha não saiba escrever, sendo as despesas decorrentes a cargo do autor, que é quem arrolou a testemunha.
  - (B) desde que a testemunha não saiba escrever, sendo as despesas decorrentes a cargo da parte sucumbente, salvo se beneficiária da Justiça Gratuita.
  - (C) independente de a testemunha saber escrever, por força do princípio da oralidade do Processo do Trabalho, sendo as despesas decorrentes a cargo do autor, que é quem arrolou a testemunha.
  - (D) independente de a testemunha saber escrever, por força do princípio da oralidade do Processo do Trabalho, sendo as despesas decorrentes a cargo da parte sucumbente, salvo se beneficiária da Justiça Gratuita.
  - (E) desde que a testemunha não saiba escrever, sendo as despesas decorrentes a cargo da reclamada, eis que, por princípio, teria dado causa à propositura da ação.
- 
48. Relativamente à competência constitucional da Justiça do Trabalho, a mesma alcança a execução
- (A) de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
  - (B) de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir, dependendo de provocação às relativas a acordos por ela homologados.
  - (C) mediante provocação, das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
  - (D) mediante provocação, das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados, ultrapassado o limite de 40 salários mínimos.
  - (E) mediante provocação, das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados, ultrapassado o limite de 60 salários mínimos.

#### Direito Civil

49. André, casado com Beatriz, faleceu deixando um filho (Caio) e um neto (Damião), além de um irmão (Ernesto) e uma sobrinha (Flávia), todos maiores e capazes. De acordo com o Código Civil, terão legitimação para requerer a cessação de lesão a direito da personalidade de André:
- (A) Beatriz, apenas.
  - (B) Beatriz, Caio e Damião, apenas.
  - (C) Caio e Damião, apenas.
  - (D) Beatriz, Caio, Damião e Ernesto, apenas.
  - (E) Beatriz, Caio, Damião, Ernesto e Flávia.



50. De acordo com o Código Civil, a mera existência de um grupo econômico
- (A) implica responsabilidade solidária dos seus membros pelas obrigações uns dos outros.
  - (B) implica responsabilidade subsidiária dos seus membros pelas obrigações uns dos outros.
  - (C) não autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica dos seus integrantes.
  - (D) basta para configurar confusão patrimonial.
  - (E) implica responsabilidade pessoal dos sócios e administradores pelas obrigações das pessoas jurídicas que o integram.
- 
51. André, domiciliado em São Paulo, resolveu se mudar, com ânimo definitivo, para o Rio de Janeiro, onde alugou uma casa para nela residir. De acordo com o Código Civil, a prova da intenção de mudar o domicílio resultará do que André declarar
- (A) às municipalidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.
  - (B) à municipalidade de São Paulo, apenas, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
  - (C) à municipalidade do Rio de Janeiro, apenas, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
  - (D) às municipalidades de São Paulo ou Rio de Janeiro, alternativamente, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
  - (E) às municipalidades de São Paulo e Rio de Janeiro, cumulativamente, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
- 
52. De acordo com o Código Civil, em pacto antenupcial que adotar o regime de participação final nos aquestos,
- (A) poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.
  - (B) poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, tanto comuns quanto particulares.
  - (C) poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que comuns.
  - (D) é vedada convenção que preveja a livre disposição dos bens imóveis particulares.
  - (E) é reputada sem efeito convenção que preveja a livre disposição dos bens imóveis, tanto comuns quanto particulares.
- 
53. De acordo com o Código Civil, o usufruto de imóvel, quando não resulta de usucapião, consiste em direito
- (A) pessoal constituído pelo contrato.
  - (B) real constituído pelo registro no Cartório de Registro de Imóveis.
  - (C) pessoal constituído decurso da prescrição aquisitiva.
  - (D) real constituído pelo contrato.
  - (E) pessoal constituído pelo registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- 
54. De acordo com a atual lei de recuperação de empresas e falência, na classificação dos créditos na falência, os créditos derivados da legislação trabalhista preferem a quaisquer outros
- (A) independentemente do valor.
  - (B) independentemente do valor, com exceção apenas dos créditos tributários.
  - (C) até o limite 150 salários mínimos por credor, com exceção apenas dos créditos tributários.
  - (D) até o limite de 150 salários mínimos por credor.
  - (E) independentemente do valor, com exceção apenas dos créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado.

#### Direito Processual Civil

55. No curso da execução, o exequente cedeu crédito executado a terceiro, que ingressou nos autos, pretendendo substituir o exequente. De acordo com a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso repetitivo, tal substituição processual
- (A) é vedada.
  - (B) dispensa a autorização ou o consentimento do devedor.
  - (C) depende do consentimento do devedor, que poderá ser tácito.
  - (D) somente dispensa a autorização ou o consentimento do devedor se ele for revel.
  - (E) depende de autorização expressa do devedor.
- 
56. Verificada a provável existência de relação jurídica entre as partes e de documento que se pretenda exibir, apurada em contraditório prévio, o juiz determinou a sua exibição pelo réu, que, por sua vez, se recusou a exibi-lo. Nesse caso, de acordo com a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso repetitivo, o juiz poderá
- (A) determinar a busca e apreensão do documento, ou outra medida coercitiva, vedada a imposição de multa para o caso de a parte se recusar a exibi-lo.
  - (B) determinar a busca e apreensão do documento, vedada a imposição de multa ou de outra medida coercitiva para o caso de a parte se recusar a exibi-lo.
  - (C) impor multa para o caso de a parte se recusar a exibir o documento, independentemente de prévia tentativa de busca e apreensão ou de outra medida coercitiva.
  - (D) impor multa para o caso de a parte se recusar a exibir o documento, após tentativa de busca e apreensão ou outra medida coercitiva.
  - (E) determinar a busca e apreensão do documento, somente depois de a parte ter se recusado a exibi-lo sob pena de multa.



57. Em determinada audiência, da qual participou o Ministério Público, o juiz proferiu decisão transcrita no respectivo termo, que foi assinado pelos presentes. Nesse caso, de acordo com a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso repetitivo, a contagem do prazo para o Ministério Público recorrer dessa decisão terá início na data
- (A) da publicação da decisão no Diário Oficial, independentemente da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão ou de a intimação pessoal ter se dado em audiência.
  - (B) da própria audiência, independentemente da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão ou da publicação da decisão no Diário Oficial.
  - (C) da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência.
  - (D) em que os autos forem baixados no cartório do juízo, independentemente da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, da publicação da decisão no Diário Oficial ou de a intimação pessoal ter se dado em audiência.
  - (E) da juntada aos autos do mandado de intimação pessoal do membro do Ministério Público, independentemente da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão ou da publicação da decisão no Diário Oficial.
- 
58. Em determinado processo, o réu arguiu a falsidade de documento apresentado pelo autor, ao passo que este impugnou a autenticidade de documento produzido pelo réu. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o ônus da prova incumbe
- (A) ao autor no tocante à arguição de falsidade, e ao réu no tocante à impugnação da autenticidade.
  - (B) ao autor no tocante à impugnação da autenticidade, e ao réu no tocante à arguição de falsidade.
  - (C) apenas ao autor, tanto no tocante à arguição de falsidade quanto em relação à impugnação da autenticidade.
  - (D) apenas ao réu, tanto no tocante à arguição de falsidade quanto em relação à impugnação da autenticidade.
  - (E) cumulativamente ao autor e ao réu, tanto no tocante à arguição de falsidade quanto em relação à impugnação da autenticidade.
- 
59. De acordo com o Código de Processo Civil, a decisão de mérito transitada em julgado que ofender a coisa julgada
- (A) não pode ser impugnada por ação rescisória ou anulatória, mas sua ineficácia pode ser incidentalmente declarada em qualquer processo.
  - (B) não pode ser impugnada por ação rescisória, mas apenas por ação anulatória, que só pode ser proposta por quem foi parte na ação em que tal decisão foi proferida.
  - (C) não pode ser impugnada por ação rescisória, mas apenas por ação anulatória, que pode ser proposta pelo terceiro juridicamente interessado.
  - (D) pode ser impugnada por ação rescisória, que só pode ser proposta por quem foi parte na ação em que tal decisão foi proferida.
  - (E) pode ser impugnada por ação rescisória, que pode ser proposta até mesmo pelo terceiro juridicamente interessado.
- 
60. Em determinada ação ajuizada conjuntamente por André e Bárbara contra Renato, o réu pleiteou o depoimento pessoal de ambos os autores, bem como o dele próprio. Os autores, por sua vez, abdicaram da produção de prova oral. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá
- (A) deferir o pedido do réu para que seja colhido o próprio depoimento pessoal, pois às partes assiste o direito de expor oralmente os fatos em audiência; além disso, em sendo deferido o depoimento pessoal de ambos os autores, André não poderá assistir ao interrogatório de Bárbara, ainda que já tenha deposto.
  - (B) deferir o pedido do réu para que seja colhido o próprio depoimento pessoal, pois às partes assiste o direito de expor oralmente os fatos em audiência; além disso, em sendo deferido o depoimento pessoal de ambos os autores, André não poderá assistir ao interrogatório de Bárbara, salvo se já tiver deposto.
  - (C) indeferir o pedido do réu para que seja colhido o próprio depoimento pessoal, sem prejuízo do poder de ordená-lo de ofício, pois cabe à parte requerer o depoimento pessoal apenas da outra parte; além disso, em sendo deferido o depoimento pessoal de ambos os autores, André não poderá assistir ao interrogatório de Bárbara, salvo se já tiver deposto.
  - (D) indeferir o pedido do réu para que seja colhido o próprio depoimento pessoal, sem prejuízo do poder de ordená-lo de ofício, pois cabe à parte requerer o depoimento pessoal apenas da outra parte; além disso, em sendo deferido o depoimento pessoal de ambos os autores, André não poderá assistir ao interrogatório de Bárbara, ainda que já tenha deposto.
  - (E) indeferir o pedido do réu para que seja colhido o próprio depoimento pessoal, que não poderá ser ordenado nem mesmo de ofício, pois a colheita do depoimento pessoal de qualquer das partes depende, necessariamente, de requerimento da outra parte; além disso, em sendo deferido o depoimento pessoal de ambos os autores, André não poderá assistir ao interrogatório de Bárbara, ainda que já tenha deposto.



## PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

### Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital, adequado às atribuições do Cargo/Área/Especialidade. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos em Edital. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 10.4.3.2 A avaliação será feita considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade.; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites **mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos**.

*Pode haver dois riscos num julgamento, para um magistrado: aferrar-se rigidamente ao que vê como “a letra da lei”, ignorando inteiramente as circunstâncias peculiares do evento julgado, ou elevar-se com excesso de liberdade ao que considera “o espírito da lei”, incorporando assim considerável subjetividade em sua sentença.*

*Desejável será um julgamento no qual se evitem ambos os riscos.*

Com base no que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você considere os referidos riscos de julgamentos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO